

*Ata da 13ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,
em 12 de maio de 2011.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Senhor Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, proposta pela Deputada Neusa Cadore, com a finalidade de **discutir o combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Compuseram a Mesa dos trabalhos: a Deputada Neusa Cadore; o Secretário Estadual de Desenvolvimento Social (Seds), Carlos Brasileiro, representando o Governador Jaques Wagner; o Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Souza, representando o Ministro do Desenvolvimento Agrário; o Deputado Federal Luiz Alberto; o Deputado Federal Eudes Xavier, representando a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária; o Superintendente de Economia Solidária, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, Helbeth Oliva, representando o Secretário Nilton Vasconcelos; o Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Bahia, Lourival Gusmão; o Professor e pesquisador da UFBA, Genauto França; o representante dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), José Santana; a Professora Ronalda Barreto, representando a Incubadora de Empreendimento Solidário da Uneb; a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos na Área Agrícola, Dinorah Lobo; o representante do Fórum Baiano de Economia Solidária, Diogo Rego; e o Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafs), José Paulo Crisóstomo. A Deputada Neusa Cadore, afirmando que o Brasil tem uma dívida social enorme com a população, sobretudo, “nas desigualdades de raça e gênero, na concentração de água, renda e terra”, disse que, apesar dos avanços e da redução da pobreza em 50,6%, o Brasil ainda tem um contingente de 16,27 milhões de pessoas vivendo em condições de extrema miséria, dos quais nove milhões no Nordeste e destes, 2,4 milhões na Bahia, dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Louvou as ações do Governo Federal e a luta dos movimentos sociais, conclamando-os para o grande desafio de trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável, em busca da erradicação da pobreza. Com esse propósito, asseverou que a economia solidária e a agricultura familiar (espinha dorsal da maioria dos pequenos municípios) são estratégicas para combater o desemprego e promover o desenvolvimento socioeconômico. Ao concluir, a parlamentar falou sobre a criação da Frente Parlamentar em defesa da Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Economia Solidária, um espaço suprapartidário, com o objetivo de contribuir para a elaboração e o fortalecimento de políticas públicas para a área e para o aprimoramento da legislação estadual.

O Sr. Diogo Rego, ao destacar a importância da criação da frente parlamentar baiana, pediu aos parlamentares para aprovarem a proposta que trata da economia solidária e tramita na Casa, bem como para discuti-la, através de uma audiência pública. O Sr. José Paulo Crisóstomo analisou a origem da pobreza no País, argumentando que o modelo de desenvolvimento adotado provocou o êxodo rural e agravou os problemas dos grandes centros. Com o propósito de reverter essa situação e tornar o País mais fraterno e igualitário, apresentou como contribuição da Unicafs as seguintes sugestões: ampliar a relação do Estado com a sociedade; elaborar leis adequadas à sociedade; investir em educação e formação; trabalhar a questão do crédito, da assistência técnica e da agroindustrialização. A Sra. Dinorah Lobo, assegurando que o problema da Empresa Baiana de Assistência Técnica Pública é de gestão, defendeu uma extensão rural pública e gratuita para o povo do campo e para a agricultura familiar, que estava precisando do apoio da frente parlamentar para que essa empresa se reestruture. O Sr. Genauto França fez breve reflexão sobre o conceito e o funcionamento da economia, argumentando que o modelo adotado pelo Brasil – economia de “mercado” - apresentava uma série de deficiências e não correspondia à demanda do desenvolvimento territorial. Defendeu a economia solidária por atuar com o direito ao trabalho associado, a democracia econômica e a democracia do crédito. O Sr. Lourival Gusmão disse que a frente parlamentar baiana precisa se instrumentar para que os benefícios possam chegar a todos e no futuro não precisem mais discutir a fome, mas sim o desenvolvimento. Com esse pleito, sugeriu pautas de ações objetivas para o governo, pois, “quem tem fome, não pode esperar pela burocracia”. A Sra. Ronalda Barreto, afirmando que o “capital aprofundava a pobreza e a inclusão social só é possível pela via do trabalho”, manifestou apoio à economia solidária por valorizar o trabalho com relações diferenciadas e considerar o ser humano na integralidade. Propôs que “as políticas trabalhem com o bem-estar psicológico da população, com a saúde, com a educação, (...). O que chamamos de felicidade interna bruta”. O Sr. José Santana discorreu sobre a importância das cooperativas, destacando o trabalho desenvolvido pelas cooperativas do Oeste baiano, que enfrentavam como um dos maiores gargalos a industrialização dos produtos e a falta de assistência técnica. Destacou, ainda, a necessidade de o Governo avançar com as universidades para o interior. O Deputado Eudes Xavier, asseverando que “não há felicidade no capitalismo”, discorreu sobre o trabalho da Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária no Brasil, lançada em maio de 2007, com o objetivo de fortalecer o marco legal do Parlamento, através das leis, em todo o Brasil. Teceu considerações sobre os projetos que estavam tramitando na Câmara Federal para tratar das finanças solidárias, dos atos das cooperativas do trabalho e para dar visibilidade às micro e pequenas empresas (PL 865/2011, do qual é o relator). Afirmando que “até na economia solidária há diferenças”, defendeu a criação de um ministério próprio; de um orçamento menos desigual; e

a formação de uma comissão permanente para a economia solidária na Comissão de Trabalho e Serviços Públicos. Nesse sentido, comprometeu-se a propor a referida comissão na audiência pública que no dia 17/5/11 iria tratar do PL 865/2011, oportunidade em que iria apresentar para inserir na LDO a proposta do Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária. O Deputado Federal Luiz Alberto falou sobre as frentes parlamentares e o embate ideológico que travavam nas Casas Legislativas, na certeza de que a frente que estava sendo criada nesta Casa iria se somar à luta em defesa da agricultura familiar, da economia solidária e do comércio justo, para avançar “na perspectiva de uma sociedade em que os trabalhadores tenham vez e voz e comandem os destinos do País”. O Sr. Helbert Oliva afiançou que o modelo de produção capitalista, ao longo dos anos, mostrou-se ineficiente para o desenvolvimento do País. Destacou a importância da criação da frente parlamentar baiana, bem como a necessidade de se estabelecer pautas, no sentido de construir uma “sociedade fraterna e generosa para fomentar um mundo mais justo e solidário”. Registrou que, com esse propósito, o Governo do Estado estava elaborando o Programa de Inclusão Produtiva. O Sr. Carlos Brasileiro, falando sobre os avanços proporcionados ao Estado pelo Governo Jaques Wagner, lembrou que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados para reverter os dados da pesquisa da FGV. Nesse sentido, registrou que a Seds está construindo a intersetorialidade, trabalhando com a criação de comitês e comissões para, em conjunto, enfrentar a situação da extrema pobreza do Estado. A Sra. Mara Moraes, Chefe de Gabinete da Seds, asseverando que a pobreza é uma construção social, disse que a reversão daquela situação também precisava ser construída com ações sociais que promovam a redução da extrema miséria, sobretudo dos que vivem na zona rural. Assinalou como fundamental a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e destacou que a Bahia, gradativamente, estava superando a questão da pobreza, tirando 1,3 milhões do flagelo da fome. O Sr. Jerônimo Souza discorreu sobre os temas centrais que estavam acontecendo em Brasília, destacando entre outros: as marchas dos movimentos sociais; a marcha dos prefeitos; fase de construção do PPA, destacando a discussão da agricultura familiar; a elaboração do Programa Brasil Sem Miséria; e o debate do Código Florestal. Conclamou os movimentos sociais a continuarem fazendo pressão em defesa de um Brasil democrático e solidário e afirmou que a união da agricultura familiar com a economia solidária era estratégica. Saudou os deputados pela iniciativa da frente parlamentar. A Sra. Marivânia de Jesus, Coordenadora Estadual do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (Ceta), dizendo que o povo do campo precisava ser tratado com igualdade, solicitou ao Secretário Jerônimo Souza que oportunizasse uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário na próxima segunda-feira, em Brasília, uma vez que teria uma audiência com o Incra naquele dia. O Deputado Marcelino Galo falou que estavam discutindo sustentabilidade e erradicação da

pobreza na maior potência ambiental do planeta, na maior potência energética, na maior fronteira agrícola existente no mundo – o Brasil, que em contrapartida é o País que tem fome, a maior concentração fundiária, os maiores juros e é o País mais desigual do mundo. É nesse País de contradição que está se discutindo a miséria e esta é a Casa na qual precisamos discutir e encontrar soluções para acabar com a pobreza e a desigualdade no País. Por fim disse: a Frente Parlamentar está à disposição para organizar e acabar a pobreza no País. O Sr. Ivanilson Braga de Oliveira, do Fórum Baiano de Agricultura Familiar, afirmando que a desconcentração da terra e o capital eram fundamentais para acabar a miséria, destacou a importância da frente parlamentar, um espaço para os movimentos sociais debaterem e encaminhar pautas para avançarem nas conquistas. A Deputada Fátima Nunes, assegurando que em qualquer tempo o Governo precisa do povo organizado e lutador, disse que a erradicação da miséria requer investimentos no campo e na agricultura familiar, bem como a integração do campo à cidade. Comprometeu-se a continuar lutando por mais recursos para a agricultura familiar. O Deputado Bira Corôa, salientando os avanços do Brasil com as políticas afirmativas dos Governos Lula e Dilma Rousseff para o homem urbano e do campo, reafirmou o papel e a importância da sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais. Destacou que a reforma agrária era fundamental para se discutir as políticas para o campo. A Senhora Presidente, Deputada Neusa Cadore, afirmando que na Frente Parlamentar “vai ter assento e portas abertas para continuar esse debate”, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –